

CONTAS CONSOLIDADAS

2025



Município
Palmela

[Handwritten signatures and initials in blue ink over a grid of lines. The initials 'C.M.' and 'A.M.' are visible at the top.]

Índice

Índice

CAPÍTULO I: PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODO UTILIZADO	3
CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....	5
1. Caracterização da entidade-mãe	5
COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO EXECUTIVO.....	6
1.1.1. Câmara Municipal	6
2. Caracterização da Palmela Desporto	10
CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	13
CAPÍTULO IV: RELATÓRIO-SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO ANO 2025	15
1. Balanço Consolidado 2025.....	15
2. Demonstração Consolidada de Resultados 2025	17
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	20
MAPAS DE CONSOLIDAÇÃO	27


M. H.
S. J.
Adm.
C. J.
J. J.
J. R.
J. R.
Eric R.



C.M. A.M.
[Handwritten signatures and initials]

Capítulo I:
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODO
UTILIZADO

Capítulo I: PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODO UTILIZADO

O Município de Palmela apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e estabelece no n.º 1 “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, definindo no n.º 3 “o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado.

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas, abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Palmela é constituído pelas entidades abaixo representadas, sendo utilizado o método de consolidação integral uma vez que detém uma percentagem de 100% na participada. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras da empresa consolidada no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante. Subsequente a esta integração são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se duplicação de valores.

- Município de Palmela – NIPC 506187543 – entidade consolidante;
- Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, EM Unipessoal, Lda. – NIPC 504706675 – método de consolidação integral (100% de participação no capital da empresa municipal).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo público municipal foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O Município de Palmela detém, ainda, participações nas seguintes entidades, não incluídas no perímetro de consolidação legalmente obrigatório, pois não exerce, de forma direta ou indireta, uma influência dominante na gestão das mesmas:

- AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (NIPC 503876321);
- SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (NIPC 514385901);

- ADREPAL, Lda. – Espaço Fortuna (NIPC 507497058).









Encaix

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "A.M." and "Eric R."]

Capítulo II:
CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES

Capítulo II: CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

1. Caracterização da entidade-mãe

Denominação: Município de Palmela

NIPC: 506187543

Sede social: Largo do Município, Largo do Município, 2954-001, Palmela.

Atividade: É uma autarquia local com atividades através do exercício das competências legalmente atribuídas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Data fecho de contas: 31-12-2025.

Património líquido: 140.767.374,93€.

Regime Financeiro: Autonomia administrativa e financeira.

Sistema Contabilístico: SNC-AP.

MÉTODO DE VALORIZAÇÃO

Rubrica	Observação
Ativos não corrente	registos efetuados pelo custo de aquisição
Amortizações	registos efetuados segundo o método de quotas constantes
Inventários	entradas valorizadas pelo custo de aquisição, saídas pelo custo médio ponderado

Recursos Humanos: 1.255 trabalhadoras/es

O Município registou, a 31 de dezembro de 2025, um efetivo global de 1.255 trabalhadoras/es, sendo 68% do total mulheres e 32% homens.

Grupo Profissional	Homens	Mulheres	N.º Trabalhadoras/es	%
Dirigente	17	21	38	3,0
Carreiras Gerais				
Técnica/o Superior	68	145	213	17,0
Assistente Técnica/o	54	255	309	24,6
Assistente Operacional	248	421	669	53,3
Carreiras Especiais				
Carreira especial de Especialista e Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação ¹	9	4	13	1,0
Carreira especial de Fiscalização	7	3	10	0,8
Carreiras não revistas / Carreiras subsistentes				
Fiscal de Obras	1	0	1	0,1
Fiscal Leituras e Cobranças	1	0	1	0,1
Fiscal Serviço Água e Saneamento	1	0	1	0,1
Totais	406	849	1.255	100,00

Relativamente à distribuição de trabalhadoras/es segundo a carreira profissional, mantém-se o predomínio do grupo assistente operacional, que representa cerca de 53% do efetivo, estando integradas/os as/os trabalhadoras/es que desempenham funções de suporte à atividade municipal, considerando, igualmente, o efetivo adstrito à área da educação e saúde, na sequência do processo de transferência de competências para o Município.

COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

1.1.1. Câmara Municipal

COMPOSIÇÃO E PELOUROS – MANDATO 2021/2025

Álvaro Manuel Balseiro Amaro; Presidente (CDU)

- Coordenação Geral
- Cooperação Internacional
- Planeamento e Desenvolvimento Estratégico
- Proteção Civil e Segurança
- Gestão e Planeamento Urbanístico
- Habitação – Reabilitação Urbana
- Participação e Ação Local
- Igualdade de Género

¹ Revisão das carreiras de Informática, nos termos do Decreto-Lei n.º 88/2023, de 10 de outubro (entrada em vigor a partir de 1 de novembro de 2023).



C.M. A.M.
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Capítulo II:
CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES

- Informação e Comunicação

Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha; Vice-presidente (CDU)

- Desenvolvimento Económico
- Turismo
- Mercados e Feiras
- Metrologia
- Defesa do Consumidor
- Administração, Finanças e Serviços Jurídicos
- Atendimento
- Recursos Humanos, Gestão e Qualificação
- Saúde Ocupacional
- Sistemas de Informação e Modernização Administrativa
- Logística, Transportes e Conservação

Fernanda Manuela Almeida Pésinho; Vereadora (CDU)

- Ambiente
- Mobilidade e Transportes Públicos
- Águas e Resíduos Sólidos Urbanos
- Autoridade Veterinária e Bem-estar Animal
- Projetos e Obras Públicas
- Centro Histórico de Palmela

Maria João Camolas Contente Caleira; Vereadora (CDU)

- Cultura
- Desporto
- Juventude
- Bibliotecas e Património Cultural
- Educação
- Ação Social e Saúde
- Habitação Social
- Gestão do Espaço Público
- Rede Viária

Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleo; Vereador (PS)

- Iluminação Pública e Eficiência Energética
- Limpeza Urbana e Manutenção de Parques e Jardins
- Cemitérios
- Toponímia
- Fiscalização Municipal

Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão; Vereador (PS)²

(Sem Pelouros)

Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo; Vereadora (PS)

(Sem Pelouros)

Carlos Manuel Barateiro de Sousa; Vereador (MCCP)

(Sem Pelouros)

Roberto José Lopes Cortegano; Vereador (PPD/PSD)

(Sem Pelouros)

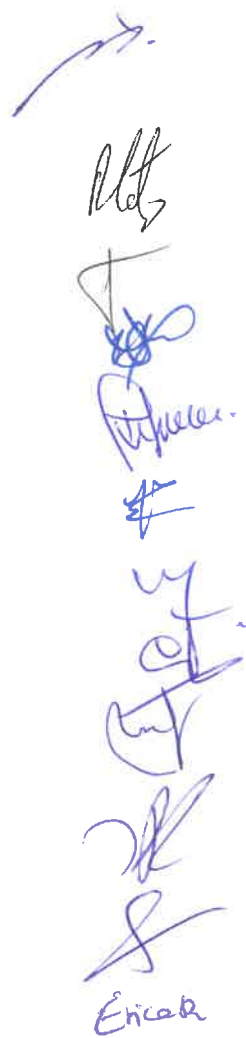
COMPOSIÇÃO E PELOUROS – MANDATO 2025/2029

Ana Teresa Vicente Custódio de S; Presidente (CDU)

- Coordenação Geral
- Cooperação Internacional
- Planeamento e Desenvolvimento Estratégico
- Administração, Finanças e Atendimento
- Recursos Humanos, Gestão e Qualificação
- Saúde Ocupacional
- Proteção Civil e Segurança
- Participação e Ao Local
- Igualdade de Gnero
- Informação e Comunicação

Fernanda Manuela Almeida Psinho; Vice-presidente (CDU)

- Cultura
- Desporto
- Juventude
- Bibliotecas
- Educação
- Ação Social
- Habitação Social



² Suspendeu mandato de 01.01.2025 a 31.08.2025, sendo substituído por Julieta da Fonseca Rodrigues.



C.M. A.M.
Ence n.

Capítulo II:
CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES

- Centro Histórico de Palmela
- Serviços Jurídicos

José Paulo Barão Garcia; Vereador (CDU)

- Ambiente
- Mobilidade e Transportes Públicos
- Águas e Resíduos Sólidos Urbanos
- Autoridade Veterinária e Bem Estar Animal
- Gestão do Espaço Público
- Rede Viária
- Gestão e Planeamento Urbanístico
- Habitação - Reabilitação Urbana
- Sistemas de Informação e Modernização Administrativa Cultura

José Carlos Matias de Sousa; Vereador (PS)

- Projetos e Obras Públicas
- Logística, Transportes e Conservação
- Saúde

Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço; Vereador (PS)

- Desenvolvimento Económico
- Turismo
- Mercados e Feiras
- Metrologia
- Defesa do Consumidor
- Iluminação Pública e Eficiência Energética
- Cemitérios
- Toponímia
- Fiscalização Municipal

Afonso Jorge da Silva Brandão - Vereador (CHEGA)

(Sem Pelouros)

José Calado Gertrudes - Vereador (CHEGA)

(Sem Pelouros)

Maria Joaquim Bonacho Antunes - Vereadora (CHEGA)

(Sem Pelouros)

Roberto José Lopes Cortegano – Vereador (PPD/PSD.CDS-PP)

(Sem Pelouros)

REUNIÕES PÚBLICAS REALIZADAS

Tipo	Número
Ordinárias	23
Extraordinárias	4
Total	27

PROPOSTAS APROVADAS EM REUNIÃO DE CÂMARA

Origem	Número
Gabinete de Apoio à Presidência	41
Gabinete de Participação e Cidadania	3
Gabinete de Planeamento Estratégico	5
Serviço Municipal de Proteção Civil	6
Gabinete de Recuperação do Centro Histórico	3
Gabinete de Comunicação	0
Gabinete de Apoio à Inovação, Empresas e Financiamentos Externos	2
Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos	47
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos	15
Departamento de Obras, Logística e Manutenção	18
Departamento de Administração Urbanística	16
Departamento de Educação e Coesão Social	39
Departamento de Cultura, Desporto e Juventude	55
Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo	7
Divisão de Organização e Sistemas de Informação	1
Divisão Jurídica e de Fiscalização	4
Total	262

2. Caracterização da Palmela Desporto

Denominação: Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, EM, Unipessoal, Lda.

NIPC: 504706675

Sede social: Piscina Municipal de Pinhal Novo – Rua Orlando Ribeiro, 2955-211 Pinhal Novo.

Objeto social: Promoção do desenvolvimento desportivo e da saúde e qualidade de vida da população e a gestão, administração e conservação dos equipamentos desportivos sob a tutela do Município de Palmela.

Data fecho de contas: 31-12-2025

Capital: 190.000€

Participação do Município de Palmela no Capital Social: 100%

Regime Financeiro: Autonomia administrativa e financeira.



C.M. A.M.
[Handwritten signatures and stamps]

Capítulo II:
CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE GESTÃO

Cargo	Nome
Presidente do Conselho de Administração	José Manuel Duarte Barreto
Vogais	Cláudio Oliveira da Saúde Regina Margarida Batalha Marques

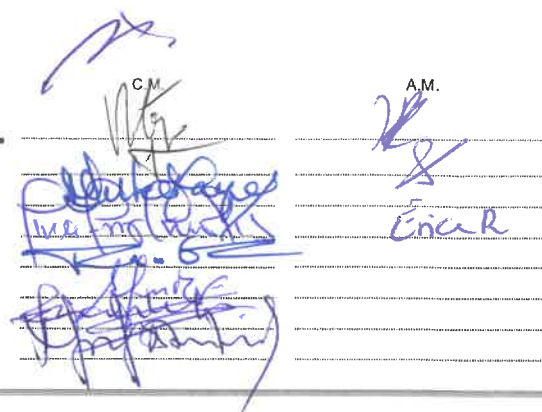
Sistema Contabilístico: Sistema de Normalização Contabilístico (SNC)

MÉTODO DE VALORIZAÇÃO

Rubrica	Observação
Inventários	valorização ao custo de aquisição para as matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Ativos intangíveis	valorizado ao custo de aquisição
Ativos fixos tangíveis	valorização ao custo de aquisição
Depreciações do ativo fixo tangível	Decreto regulamentar n.º 25/2009 (método da linha recta)
Locação Financeira	A Palmela Desporto, E.M. não tem bens em regime de locação financeira
Acréscimos e Diferimentos	A empresa regista nestas rubricas, de acordo com o princípio do acréscimo, as despesas e as receitas imputáveis ao presente exercício que apenas ocorrerão em exercício futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercício futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde

Recursos Humanos: 68 trabalhadoras/es

Handwritten signatures and marks in blue ink, including a large stylized signature, a checkmark, and the name "Erica" at the bottom.


C.M. A.M.
Eric R

Capítulo III:
PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Capítulo III: PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

No cumprimento do estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – RFALEI (art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), foram efetuados procedimentos de consolidação de contas do grupo municipal, de acordo com o estabelecido na Norma de Contabilidade Pública 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas constante do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras consolidadas:

- Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e da entidade controlada;
- Compensam (eliminam) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla na entidade controlada e a proporção do património líquido ou capital próprio na entidade controlada;
- Eliminam a totalidade dos ativos, passivos, património líquido ou capital próprio, rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários, ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas intragrupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas;
- Com base nas contas individuais das entidades consolidadas, ajustamentos e operações de consolidação foram produzidos os documentos do grupo municipal do ano 2024 - Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada de Resultados, Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidada e Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados;
- Existindo dúvidas sobre a obrigatoriedade de efetuar consolidação do documento Demonstração do Desempenho Orçamental em virtude de a empresa municipal não adotar a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, foi solicitado esclarecimento à Comissão de Normalização Contabilística sobre este assunto. A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) entende que, estando a empresa municipal a adotar o Sistema de Normalização Contabilística, depreende-se que não será uma Entidade Pública Reclassificada e, nesse sentido, não está sujeita à aplicação da NCP 26.

A empresa Palmela Desporto será parte integrante do perímetro de consolidação financeira, mas não do perímetro de consolidação orçamental.

Ainda sobre este tema a Comissão de Normalização Contabilística emitiu a FAQ 18 referindo o seguinte: “aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas os Municípios apresentarão os mapas orçamentais com o perímetro orçamental, que no limite poderá corresponder apenas à entidade consolidante, e os mapas financeiros com o perímetro de controlo”. Assim, seguindo esta

indicação o documento Demonstração do Desempenho Orçamental apresentado corresponde apenas ao município de Palmela.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right, a signature with a checkmark, and several other signatures and initials below.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'C.M.', 'A.M.', and 'Eric R.']

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Capítulo IV: RELATÓRIO-SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO ANO 2025

1. Balanço Consolidado 2025

Em 2025, o ativo consolidado do Município de Palmela ascende a 174 milhões de euros, evidenciando um incremento de 11,3 milhões face ao verificado no exercício anterior. Esta variação positiva resulta, predominantemente, do aumento verificado nas rubricas de caixa e depósitos (ativos líquidos e quase líquidos, + 8,4 milhões), de ativos fixos tangíveis (+ 2,7 milhões) e de outras contas a receber (+ 0,7 milhões). Em sentido inverso, verificaram-se decréscimos nas rubricas de clientes, contribuintes e utentes (-0,3 milhões) e estado e outros entes públicos (- 0,1 milhões).

Da estrutura global do ativo consolidado, 78,5% corresponde a ativo não corrente, enquanto os restantes 21,5% respeitam a ativo corrente.

BALANÇO CONSOLIDADO - ATIVO	Valor	%
Ativos fixos tangíveis	133.908.476,53	76,9%
Ativos intangíveis	104.001,01	0,1%
Participações financeiras	2.623.528,30	1,5%
Outros ativos financeiros	6.649,96	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	943,85	0,0%
Ativo não corrente	136.643.599,65	78,5%
Inventários	706.746,98	0,4%
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	58.784,97	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	3.208.157,09	1,8%
Estado e outros entes públicos	643.373,04	0,4%
Outras contas a receber	13.199.916,18	7,6%
Diferimentos	20.587,63	0,0%
Caixa e depósitos	19.539.288,83	11,2%
Ativo corrente	37.376.854,72	21,5%
TOTAL DO ATIVO	174.020.454,37	100,0%

O Património Líquido e o Passivo do grupo municipal correspondem no presente exercício económico, a 140,8 milhões de euros e a 33,3 milhões de euros, respetivamente.

O Passivo total do grupo municipal totaliza 33,3 milhões de euros, sendo constituído em 64,9% por passivo não corrente e em 35,1% por passivo corrente. Em relação ao ano 2024, o passivo total aumentou 5,9 milhões de euros registando uma variação relativa de 21,6 %.

BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Valor	%
Património/Capital	117.825.087,98	83,7%
Reservas	1.014.273,06	0,7%
Resultados transitados	- 7.215.379,51	- 5,1%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 156.150,52	- 0,1%
Outras variações no património líquido	24.821.695,47	17,6%
Resultado líquido do período	4.479.995,56	3,2%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	140.769.522,04	100,0%

BALANÇO CONSOLIDADO – PASSIVO	Valor	%
Provisões	77.618,03	0,2%
Financiamentos obtidos	10.643.886,67	32,0%
Diferimentos	8.230.081,20	24,8%
Outras contas a pagar	2.629.401,17	7,9%
Passivo não corrente	21.580.987,07	64,9%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00	0,0%
Fornecedores	5.270.730,02	15,9%
Estado e outros entes públicos	419.048,59	1,2%
Financiamentos obtidos	910.053,59	2,7%
Fornecedores de investimento	228.657,41	0,7%
Outras contas a pagar	4.841.455,65	14,6%
Passivo corrente	11.669.945,26	35,1%
TOTAL DO PASSIVO	33.250.932,33	100,0%

O passivo do grupo municipal é composto por:

- empréstimos bancários de médio e longo prazo, no montante de 11,1 milhões de euros (33,3% do passivo) contraídos exclusivamente pelo município de Palmela;
- financiamentos de contratos de locação financeira, no montante de 453.845,29€ (1,4% do passivo) respeitante a contratos celebrados pelo grupo municipal;
- dívidas a fornecedores conta corrente e de investimentos, no valor de 5,5 milhões de euros correspondendo a 16,5% do passivo;
- diferimentos, 8,2 milhões de euros (24,8% do passivo) relativos a proveitos diferidos de subsídios para investimentos;



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "C.M." and "A.M.", over a grid of lines.

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- acréscimo de gastos, 4,3 milhões de euros (13,1% do passivo) respeitante a compromissos a pagar no ano 2026, mas que são considerados custos do ano 2025, nomeadamente os encargos com férias e subsídios de férias dos trabalhadores, os juros a liquidar de empréstimos bancários;
- cauções recebidas em numerário para garantia de empreitadas e processos de loteamentos e obras, no montante de 2,9 milhões de euros, representando 8,9% do total do passivo.

2. Demonstração Consolidada de Resultados 2025

O resultado líquido consolidado de 2025 apresenta um resultado positivo de 4,5 milhões de euros, traduzindo um crescimento em termos absolutos de 3,7 milhões de euros face ao valor apurado no exercício transato, 763.700,50€.

No exercício de 2025, os rendimentos consolidados ascenderam a 84,6 milhões de euros, enquanto os gastos totalizaram 80,1 milhões de euros, refletindo variações homólogas positivas de 21,6% e 16,4%, respetivamente.

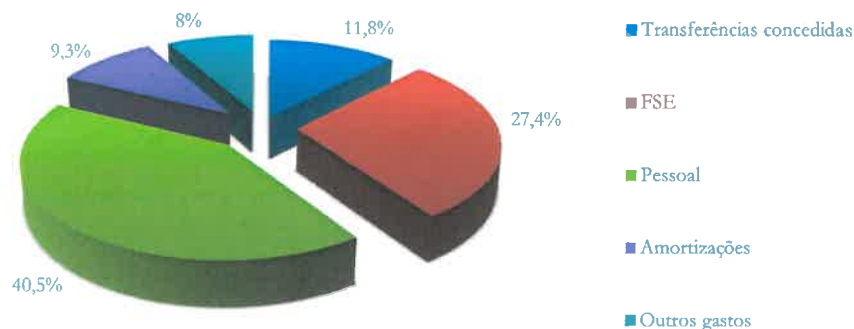
Em comparação com o ano 2024, os gastos de 2025, obtiveram uma variação absoluta de 11,3 milhões de euros.

Gastos	Valor	%
Transferências e subsídios concedidos	9.437.964,11	11,8%
CMVMC	1.038.183,44	1,3%
Fornecimentos e serviços externos	21.993.230,22	27,4%
Gastos com pessoal	32.478.546,53	40,5%
Gastos de depreciação e de amortização	7.464.581,47	9,3%
Imparidades de dívidas a receber	1.010.104,05	1,3%
Outros gastos e perdas	6.390.102,70	8,0%
Juros e gastos similares suportados	325.126,85	0,4%
Imposto s/ rendimento	558,46	0,0%
TOTAL	80.138.397,83	100,0%

As rubricas com maior peso na estrutura de gastos do grupo municipal, à semelhança do verificado em anos anteriores são:

- os custos com o pessoal, com um peso relativo de 40,5% do total de gastos;
- os fornecimentos e serviços externos, que representam 27,4%;
- as transferências e subsídios concedidos equivalem a 11,8% dos gastos efetuados;
- as amortizações e provisões do exercício, que correspondem a 9,3% do total dos gastos totais.

Gastos 2025



Rendimentos	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	44.103.649,70	52,1%
Vendas	4.332.573,42	5,1%
Prestações de serviços e concessões	11.290.769,97	13,3%
Transferências e subsídios correntes obtidos	20.040.346,82	23,7%
Rendimentos imputados de entidades controladas	17.883,75	0,0%
Outros rendimentos	4.833.169,73	5,7%
TOTAL	84.618.393,39	100,0%

O total de rendimentos do grupo municipal atingiu, em 2025, o valor de 84,6 milhões de euros, apresentando uma variação positiva de 15 milhões de euros face ao registado no ano anterior. As maiores fontes de rendimento do grupo são:

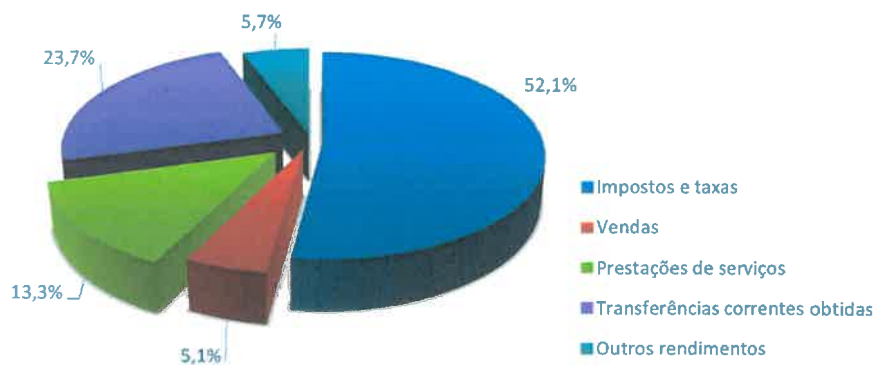
- os impostos e taxas, que equivalem a 52,1% dos rendimentos totais;
- as transferências e subsídios obtidos, correspondendo a 23,7% dos rendimentos;
- a venda de produtos e prestações de serviços, que representam 18,5% dos rendimentos.



C.M.
A.M.
Eric D.

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Rendimentos 2025



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA 1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES

Entidades Controladas

Designação	Sede	Capital Social	% Controlo	Resultado líquido 2025
Palmela Desporto, EM - Empresa local de promoção do desporto, saúde e qualidade de vida.	Piscina municipal de Pinhal Novo, rua Orlando Ribeiro 2955-211, Pinhal Novo	190 000,00	100,00%	2 147,11

Outras Entidades

Designação	Tipo entidade	Sede	Capital Social	Valor do período	Capital subscrito	% Controlo	Resultado Líquido 2025
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.	Societária	ETAR da Quinta do Conde, Estrada Nacional 10, Quinta do Conde III	25 000 000,00	-	1 156 040,00	4,6%	3 007 203,00
AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Societária	Aterro Sanitário de Palmela, Estrada Luis de Camões, Apartado 117, EC da Moita	7 750 000,00	-	223 170,00	2,9%	1 700 562,00
AMRS - Associação Municípios da Região de Setúbal	Não societária	Av.Dr. Manuel de Arriaga, n.º 6, 2º Esq., Setúbal	1 122 857,74	181 904,00	-	16,2%	-90 089,96
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Não societária	Av. Marmoz e Sousa, n.º 52, Coimbra	n.a	7 082,15	-	-	194 145,41
AIA - Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal	Não societária	Av.Dr. Manuel de Arriaga, n.º 6, 2º Dto., Setúbal	n.a	13 908,00	-	13,1%	n.d
Área Metropolitana de Lisboa	Não societária	Rua Carlos Mayer n.º 2, r/c, 1700-102 Lisboa	9 637 397,35	55 984,05	-	5,6%	-1 750 750,57
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Não societária	Rua 16 de Novembro, Torreão do Mercado Municipal do Cartaxo- Apartado 55	n.a	1 600,00	-	n.a	n.d
Artemrede - Teatros Associados	Não societária	Palácio João Afonso - Rua Miguel Bombarda, 4 R/C	n.d	21 000,00	-	n.a	n.d
Associação de Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	Não societária	Rua 5 de Outubro, n.º 1 2840-501 Seixal	n.d	1 534,93	-	-	n.d
Associação Portuguesa Municípios Centro Histórico	Não societária	Rua Castelinho 17 5100-127 Lamego	n.d	1 070,00	-	n.a	n.d
Associação Nacional das Assembleias Municipais	Não societária	Rua Professor Bento de Jesus Caraça, 248 - 1.º Esq., 4200-128 Porto	n.d	1 925,00	-	n.a	n.d
NANOMAT - Associação para ao materiais avançados - Investigação, Desenvolvimento e Inovação	Não societária	Campus da Caparica, 2829-517 Caparica	n.d	1 000,00	-	n.a	n.d



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "M.", "A.M.", and "Eric R.", over a grid of lines.

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos:

Conta	Designação	31/12/2025	31/12/2024
111	Caixa	10 205,87 €	9 454,19 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	19 529 082,96 €	11 114 521,74 €
	Outros depósitos		
132	Depósitos consignados		
133	Depósitos de garantias e cauções		
Total		19 539 288,83 €	11 123 975,93 €

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação.

A consistência das demonstrações financeiras, procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE).

Os terrenos não são amortizáveis.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu valor patrimonial tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, é considerado esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Por não se considerarem materialmente relevantes e respeitando as notas explicativas ao plano de contas multidimensional, conta 43.7, as aquisições de bens de valor unitário inferior a 100 euros são consideradas como gasto do exercício.

Participações Financeiras

As participações financeiras são mensuradas pelo seu custo, deduzidas das perdas por imparidade.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário.

As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Cientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber. À data e porque ainda decorre a avaliação da necessidade de imparidade, a autarquia optou por manter os critérios para constituição de imparidade previstos no POCAL, nomeadamente pela constituição de imparidades no montante de 50% do saldo para dívidas com antiguidade superior a seis meses e inferior a um ano e de 100% para dívidas com antiguidade superior a um ano, contudo sempre que existe informação dos serviços que a dívida tem probabilidade forte de não ser recebida é de imediato constituída a imparidade pela totalidade do saldo.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Handwritten notes and signatures in the right margin, including a large arrow pointing to the top right and several illegible signatures.



Handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, a large signature is written over several lines. To its right, there are initials 'C.M.' and 'A.M.' followed by more signatures. At the bottom right, the name 'Eira D.' is written.

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando a autarquia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos.

NOTA 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador. A amortização dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

NOTA 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO

Atualmente a autarquia tem em vigor as seguintes concessões:

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	20 Anos	-	-	-	-

Não há lugar a qualquer pagamento aos concessionários, há sim lugar a recebimentos.

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis do grupo municipal são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é relativa a bens de domínio público.

Os terrenos onde se encontram implantados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rubricas.

NOTA 6 – LOCAÇÕES

As locações financeiras existentes e relativas a contratos celebrados pelo município com entidades financeiras, apresentam-se no quadro seguinte:

Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Período		Acumulado		
		Capital	Juros	Capital	Juros	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
BCP 400144581 - 2 viaturas ligeiras Toyota Proace	46 084,02 €	14 468,88 €	727,53 €	14 468,88 €	727,53 €	13 781,07 €	32 302,95 €	0,00 €	46 084,02 €	46 084,02 €
Montepio 009.44.000083-5 - 1 veículo pesado c/ grua destinado a recolha de monos	155 297,01 €	21 736,89 €	0,00 €	21 736,89 €	0,00 €	39 269,82 €	116 027,19 €	0,00 €	155 297,01 €	155 297,01 €
CLF 100130920 - 2 viaturas Renault Zoe	0,00 €	10 257,57 €	245,37 €	56 733,70 €	2 191,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CLF 100135648 - Viatura RRSU	34 821,37 €	45 845,13 €	2 500,72 €	156 443,63 €	9 945,12 €	34 821,37 €	0,00 €	0,00 €	34 821,37 €	34 821,37 €
CLF 100128259 - 5 viaturas ligeiras	15 171,89 €	62 157,54 €	2 288,97 €	241 510,66 €	10 912,75 €	15 171,89 €	0,00 €	0,00 €	15 171,89 €	15 171,89 €
Montepio 009.44.000080 - 1 viatura furção	28 002,29 €	7 762,48 €	605,49 €	38 393,11 €	4 964,13 €	15 632,72 €	12 369,57 €	0,00 €	28 002,29 €	28 002,29 €
BCP 400147114 - 1 veículo pesado de mercadorias 16 ton	71 634,28 €	24 905,84 €	2 317,63 €	38 819,72 €	2 317,63 €	26 934,60 €	44 699,68 €	0,00 €	71 634,28 €	71 634,28 €
BCP 400147244 - 1 veículo ligeiro combinado limpa exdeturas	102 842,43 €	35 748,13 €	3 340,50 €	55 827,57 €	3 340,50 €	39 322,12 €	63 520,31 €	0,00 €	102 842,43 €	102 842,43 €

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados.



C.M.
A.M.
Ence A

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA 7 – CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2025 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado é o seguinte:

Caracterização do empréstimo	Finalidade do empréstimo	Data de Aprovação pela AM	Data de contratação do empréstimo	Prazo	Anos decorridos	Visto do T.C.			Capital	Taxa de juro	Encargos do Ano			Amortização Acumulada	Divida em 01 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro	
						N.º de registo	Data				Atual	Amortização	Juros				Total
							Registo	Contratado									
Médio e longo prazo																	
BR_004	Financiamento de Investimentos	N	18/12/09	25/02/10	15	15	346	05/05/10	2 762 250,00	2 564 313,02	-	91 582,60	1 894,31	93 476,91	2 564 313,02	91 582,60	0,00
Santander 003.07173460096	Financiamento de Investimentos	N	02/06/10	07/08/10	15	15	917	27/07/10	4 721 420,00	4 428 620,60	-	347 540,58	15 984,79	363 525,37	4 428 620,60	347 540,58	0,00
BR_005	Financiamento de Investimentos	I	15/02/17	24/02/17	15	8	2052	06/08/17	4 077 274,00	1 848 431,79	3,49%	136 920,86	42 611,93	179 432,79	889 985,77	1 065 366,88	958 446,02
Crédito Agrícola_1	Financiamento de Investimentos	N	25/06/20	16/12/20	15	4	2911	31/12/20	4 001 722,00	3 773 370,19	2,87%	240 858,76	11 779,24	358 754,00	657 858,35	3 356 473,60	3 115 513,84
Crédito Agrícola_2	Financiamento de Investimentos	N	17/12/20	09/02/21	15	4	1163	22/07/21	3 112 000,00	2 855 721,85	2,82%	178 038,69	90 156,43	268 236,12	429 089,08	2 804 892,28	2 428 652,57
CGD_2595000449591	Financiamento de Investimentos	N	28/06/21	25/10/21	15	4	1876	19/11/21	1 000 000,00	738 940,09	2,82%	56 841,54	24 904,08	81 745,62	65 262,31	710 519,23	653 877,89
CGD_2595000723051	Financiamento de Investimentos	I	28/09/23	11/03/24	15	2	1009	06/08/24	7 667 000,00	2 239 848,30	3,11%	0,00	26 689,67	26 689,67	0,00	587 294,42	2 239 848,90
CGD_2595000802491	Financiamento de Investimentos	I	28/09/24	14/01/25	15	1	466	07/04/25	2 560 000,00	314 830,51	3,10%	0,00	255,18	255,18	0,00	0,00	314 830,51
ADAC - BB-Sistema Controlo perdas de Água	Financiamento de Investimentos	I	25/06/20	10/08/20	15	4	2963	17/03/21	145 125,47	70 993,71	2,75%	4 894,58	1 756,76	6 711,31	10 072,30	65 875,99	60 921,41
ADAC - BB- Requalificação Safo Nobre dos Rios Concelho	Financiamento de Investimentos	I	25/06/20	10/08/20	15	4	2961	01/04/21	364 000,00	189 037,98	2,75%	11 770,27	4 173,45	15 943,72	24 310,19	156 498,05	144 727,79
ADAC - BB- Requalificação Centro Comunitário Aguas da Moura	Financiamento de Investimentos	I	25/11/20	18/12/20	15	4	445	19/04/21	198 172,00	174 262,25	2,75%	11 461,44	5 048,64	16 510,08	19 339,73	166 363,96	154 922,52
ADAC - BB- Requalificação da Capela de S. João Batista	Financiamento de Investimentos	I	25/06/20	10/08/20	15	3	2978	21/04/21	152 055,24	135 577,21	2,75%	9 131,10	3 424,57	12 555,67	12 153,57	132 554,80	123 423,71
ADAC - BB- Remodelação do Jardim José Maria dos Santos	Financiamento de Investimentos	I	25/06/20	10/08/20	15	4	2977	21/04/21	91 296,53	91 296,53	2,75%	0,00	2 610,20	2 610,20	0,00	91 296,53	91 296,53
ADAC - BB- Requalificação de espaços públicos Fernando Pi	Financiamento de Investimentos	I	25/06/20	10/08/20	15	3	2979	21/04/21	22 812,81	22 812,81	2,75%	0,00	622,57	622,57	0,00	22 812,81	22 812,81
ADAC - BB- LUB 10 - Plataforma Humanizada de Concelho Territorial - Concelho de Palmela	Financiamento de Investimentos	I	25/06/20	10/08/20	15	4	2981	21/04/21	426 039,12	417 180,23	2,75%	27 994,57	10 802,05	38 796,62	38 917,11	406 247,67	378 263,10
ADAC - BB- Ligação do Largo adjacente à Rua Infante D. Henrique (antigo Largo da Mitra) à zona central do Pinhal Novo	Financiamento de Investimentos	I	25/06/20	10/08/20	15	3	2962	30/04/21	56 252,69	56 252,69	2,75%	0,00	1 535,13	1 535,13	0,00	56 252,69	56 252,69
ADAC - BB- Eficiência Energética da Piscina Palmela	Financiamento de Investimentos	I	16/09/21	02/12/21	15	4	255	12/04/22	150 766,57	150 106,82	2,75%	0,00	3 948,40	3 948,40	0,00	150 106,82	150 106,82
ADAC - BB- Eficiência Energética da Piscina Pinhal Novo	Financiamento de Investimentos	I	16/09/21	02/12/21	15	4	226	13/04/22	196 374,07	196 374,07	2,75%	0,00	5 204,16	5 204,16	0,00	196 374,07	196 374,07
TOTAL									31 694 960,50	20 247 973,02		1 117 186,36	358 354,56	1 475 286,34	9 159 900,05	10 237 874,94	11 088 072,97

NOTA 9 – IMPARIDADES DE ATIVOS

No quadro seguinte identificam-se as imparidades de ativos financeiros.

Ativo	Natureza	31/12/2025			31/12/2024		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	35 660,58	35 660,58	0,00	35 660,58	35 660,58	0,00
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	7 460 984,73	4 297 069,44	3 163 915,29	6 717 721,51	3 212 699,12	3 505 022,39
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa			0,00			0,00

As imparidades apuradas, resultam essencialmente de montantes liquidados a terceiros, onde se espera que existam riscos significativos de cobrabilidade.

NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

No quadro seguinte detalha-se a totalidade dos ativos e passivos contingentes.

O valor da rubrica de provisões é essencialmente correspondente ao montante apurado para fazer face aos riscos existentes de exfluxos de recursos no futuro, associados aos processos judiciais interpostos por terceiros à Câmara Municipal de Palmela.

O apuramento do montante da provisão para encargos judiciais é realizado com suporte na informação remetida pelos advogados responsáveis pelos processos, tendo os mesmos sido questionados quanto à probabilidade de exfluxo e respetivo montante.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor das provisões reconhecidas é o seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Provisões										
Processos judiciais em curso	95 501,78				0,00		17 883,75		17 883,75	77 618,03
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Outras provisões										
Total	95 501,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 883,75	0,00	17 883,75	77 618,03

NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

O Município acompanhou a evolução da situação geopolítica associada ao conflito no Médio Oriente, atendendo ao seu potencial impacto na evolução dos preços da energia, combustíveis, bens e serviços, bem como na execução de contratos e empreitadas.

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, e com base na avaliação efetuada, não foram identificados impactos materialmente relevantes que justifiquem ajustamentos adicionais às quantias reconhecidas.

Não obstante, subsiste um contexto de incerteza quanto à evolução futura dos preços e aos seus eventuais efeitos nos custos de funcionamento e de investimento, motivo pelo qual o Município continuará a monitorizar esta situação.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

O Balanço Consolidado totaliza os compromissos assumidos e não pagos que relevam para apreciação da posição financeira do grupo municipal.

C.M.
A.M.
Enco. P.

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

MAPAS DE CONSOLIDAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade: Grupo Municipal de Palmela

Ano 2025

RUBRICAS	Saldos Acumulados	Saldos a 31/12/2025	Saldos a 31/12/2024
	AL		
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	133 908 476,53	133 908 476,53	131 161 662,41
Propriedades de investimento	-	-	-
Ativos intangíveis	104 001,01	104 001,01	102 890,57
Ativos biológicos	-	-	-
Participações financeiras	2 983 847,63	2 623 528,30	2 621 399,44
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	-	-	-
Acionistas/ sócios/ associados	-	-	-
Diferimentos	-	-	-
Outros ativos financeiros	6 649,96	6 649,96	6 649,96
Ativos por impostos diferidos	-	-	-
Clientes, contribuintes e utentes	943,85	943,85	943,85
Outras contas a receber	-	-	2 128,86
	137 003 918,98	136 643 599,65	133 895 675,09
Ativo corrente			
Inventários	706 746,98	706 746,98	717 504,13
Ativos biológicos	-	-	-
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	58 784,97	58 784,97	58 784,97
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	-	-	-
Clientes, contribuintes e utentes	3 223 352,99	3 208 157,09	3 540 126,81
Estado e outros entes públicos	643 373,04	643 373,04	791 125,70
Acionistas/ sócios/ associados	-	-	-
Outras contas a receber	13 199 916,18	13 199 916,18	12 512 580,92
Diferimentos	20 587,63	20 587,63	30 763,20
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-
Caixa e depósitos	19 539 288,83	19 539 288,83	11 123 975,93
	37 392 050,62	37 376 854,72	28 774 861,66
Total do Ativo	174 395 969,60	174 020 454,37	162 670 536,75

BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade: Grupo Municipal de Palmela

Ano 2025

PASSIVO	Saldos Acumulados N	Saldos a 31/12/2025	Saldos a 31/12/2024
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	118 015 087,98	117 825 087,98	117 825 087,98
Ações (quotas) próprias	-	-	-
Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-
Prémios de emissão	-	-	-
Reservas	1 031 465,80	1 014 273,06	1 014 273,06
Resultados transitados	- 7 252 827,46	-7 215 379,51	-8 251 984,59
Ajustamentos em ativos financeiros	34 424,02	-156 150,52	156 150,52
Excedentes de revalorização	-	-	-
Outras variações no património líquido	24 821 695,47	24 821 695,47	24 130 007,08
Resultado líquido do período	4 479 995,56	4 479 995,56	763 700,50
Dividendos antecipados	-	-	-
Interesses que não controlam	-	-	-
	141 129 841,37	140 769 522,04	135 324 933,51
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	77 618,03	77 618,03	95 501,78
Financiamentos obtidos	10 643 886,67	10 643 886,67	9 413 289,46
Fornecedores de investimentos	-	-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-	-	-
Diferimentos	8 230 081,20	8 230 081,20	5 991 521,65
Passivos por impostos diferidos	-	-	-
Outras contas a pagar	2 629 401,17	2 629 401,17	2 277 759,41
	21 580 987,07	21 580 987,07	17 778 072,30
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	-	-	6 000,00
Fornecedores	5 285 925,92	5 270 730,02	2 703 558,17
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	-	-	-
Estado e outros entes públicos	419 048,59	419 048,59	366 878,82
Acionistas/sócios/associados	-	-	-
Financiamentos obtidos	910 053,59	910 053,59	1 290 010,78
Fornecedores de investimento	228 657,41	228 657,41	993 453,99
Outras contas a pagar	4 841 455,65	4 841 455,65	4 207 629,18
Diferimentos	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-
	11 685 141,16	11 669 945,26	9 567 530,94
Total passivo	33 266 128,23	33 250 932,33	27 345 603,24
Total dos fundos próprios e do passivo	174 395 969,60	174 020 454,37	162 670 536,75



CM.
A.M.
Eduardo D.

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

Entidade: Grupo Municipal de Palmela

Ano 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	Saldos Acumulados	Saldos a 31/12/2025	Saldos a 31/12/2024
	N		
Impostos, contribuições e taxas	44 103 649,70	44 103 649,70	33 661 400,20
Vendas	4 332 573,42	4 332 573,42	3 960 160,69
Prestações de serviços e concessões	11 392 665,56	11 290 769,97	10 417 642,05
Transferências e subsídios correntes obtidos	20 890 346,82	20 040 346,82	19 960 269,62
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00	19 732,96
Variações nos inventários da produção	0,00	-	-
Trabalhos para própria entidade	0,00	-	-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-1 038 183,44	-1 038 183,44	-1 067 238,66
Fornecimentos e serviços externos	-22 095 125,81	-21 993 230,22	-19 681 443,26
Gastos com pessoal	-32 478 546,53	-32 478 546,53	-29 115 343,99
Transferências e subsídios concedidos	-10 287 964,11	-9 437 964,11	-9 054 154,09
Prestações sociais	0,00	-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	-	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 010 104,05	-1 010 104,05	-382 277,16
Provisões (aumentos/reduções)	17 883,75	17 883,75	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	-	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	-	-
Outros rendimentos	4 833 169,73	4 833 169,73	1 574 749,77
Outros gastos	-6 390 102,70	-6 390 102,70	-2 450 175,93
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	12 270 262,34	12 270 262,34	7 843 322,20
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-7 464 581,47	-7 464 581,47	-6 645 259,01
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	4 805 680,87	4 805 680,87	1 198 063,19
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-325 126,85	-325 126,85	-434 362,69
Resultado antes de impostos	4 480 554,02	4 480 554,02	763 700,50
Imposto sobre o rendimento	-558,46	-558,46	-
Resultado líquido do período	4 479 995,56	4 479 995,56	763 700,50

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Designação	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido
		Capital / Patrimônio subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Premios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		117 825 087,98				1 014 273,06	-8 251 984,59	-156 150,52		24 130 007,08	763 700,50	135 324 933,51	135 324 933,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)													
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico													0,00
Alterações de políticas contábilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização e respectivas variações													
Transferências e subsídios de capital													
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido							1 036 605,08			-14 751,51	-763 700,50	-14 751,51	-14 751,51
Correção de erros materiais										706 439,90		979 344,48	979 344,48
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 036 605,08	0,00	0,00	691 688,39	-763 700,50	964 592,97	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)													
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)													
Subscrições de capital/patrimônio													0,00
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Subscrições de prémios de emissão													0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		117 825 087,98				1 014 273,06	-7 215 379,51	-156 150,52		24 821 695,47	4 479 995,56	140 769 522,04	140 769 522,04

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

Entidade: Grupo Municipal de Palmela

Ano 2025

Rubricas	Saldos a 31/12/2025	Saldos a 31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de dantes	15 883 581,82	15 021 470,53
Recebimento de contribuintes	41 625 178,15	29 166 236,95
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	20 017 555,64	19 951 001,63
Recebimentos de utentes	928 666,59	784 561,19
Pagamentos a fornecedores	-24 293 523,05	-21 840 284,72
Pagamentos ao pessoal	-31 487 003,89	-29 320 999,27
Pagamento de transferências e subsídios	-9 442 826,61	-10 608 154,09
Caixa gerada pelas operações	13 231 628,65	3 153 832,22
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento	-510 270,48	
Outros recebimentos/pagamentos	1 290 925,56	-598 372,95
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	14 012 283,73	2 555 459,27
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-11 251 430,42	-10 418 575,25
Ativos intangíveis	-8 830,17	-2 345,02
Propriedades de investimento		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	1 213 000,00	1,00
Ativos intangíveis		
Propriedades de investimento		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		
Transferências de capital	4 203 334,07	4 082 617,45
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-5 843 926,52	-6 338 301,82
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1 967 384,99	1 013 664,78
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Compensação pelo défice de exploração		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1 324 487,06	-1 450 814,44
Juros e gastos similares	-395 942,24	-489 002,89
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	246 955,69	-926 152,55
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	8 415 312,90	-4 708 995,10
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	11 123 975,93	14 049 689,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 539 288,83	9 340 694,15
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	11 123 975,93	14 049 689,25
- Equivalentes a caixa no início do período	-2 767 848,36	-2 766 008,17
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	2 767 848,36	2 766 008,17
- Variações cambiais de caixa no início do período		
= Saldo da gerência anterior	11 123 975,93	14 049 689,25
De execução orçamental	8 356 127,57	11 283 681,08
De operações de tesouraria	2 767 848,36	2 766 008,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 539 288,83	11 123 975,93
- Equivalentes a caixa no fim do período	-3 085 521,63	-2 767 848,36
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	3 085 521,63	2 767 848,36
- Variações cambiais de caixa no fim do período		
= Saldo da gerência seguinte	19 539 288,83	11 123 975,93
De execução orçamental	16 453 767,20	8 356 127,57
De operações de tesouraria	3 085 521,63	2 767 848,36

CMP - Palmela Desporto (designação das duas entidades abrangidas)										
Tipos de Fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas	Anulações do exercício	Pagamentos exerc.	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos	Anulações do exercício	Recebimentos exerc.	Saldo final
Transferência para cobertura de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio à exploração	-	850 000,00	-	850 000,00	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	39 084,61	67 871,47	-	99 233,52	7 722,56	1 699,42	82 662,13	33 124,98	43 763,23	7 473,34
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	39 084,61	917 871,47	0,00	949 233,52	7 722,56	1 699,42	82 662,13	33 124,98	43 763,23	7 473,34

Tipos de Fluxos	Palmela Desporto - CMP (designação das duas entidades abrangidas)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas	Anulações do exercício	Pagamentos exerc.	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos	Anulações do exercício	Recebimentos exerc.	Saldo final
Transferência para cobertura de resultados	-				-	-	-		-	-
Subsídio à exploração					-	-	850 000,00		850 000,00	-
Empréstimos						-				
Relações comerciais	1 699,42	82 662,13	33 124,98	43 763,23	7 473,34	39 084,61	67 871,47		99 233,52	7 722,56
Outros	1 699,42	82 662,13	33 124,98	43 763,23	7 473,34	39 084,61	917 871,47	0,00	949 233,52	7 722,56



C.M.

A.M.

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2024
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	732 415,69		4 434 232,08	2 930 612,67	2 767 848,36	10 865 108,80	13 742 092,97
RI01	Operações orçamentais [1]	732 415,69		4 434 232,08	2 930 612,67		8 097 260,44	10 976 084,80
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria [A]					2 767 848,36	2 767 848,36	2 766 008,17
RA02	Receita corrente	77 371 098,26		461 792,77			77 832 891,03	63 408 039,08
R1	Receita fiscal	38 999 314,75					38 999 314,75	28 118 278,15
R1.1	Impostos diretos	38 999 252,04					38 999 252,04	28 117 439,02
R1.2	Impostos indiretos	62,71					62,71	839,13
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4 738 059,27					4 738 059,27	2 714 596,16
R4	Rendimentos de propriedade							
R5	Transferências e subsídios correntes	19 555 762,87		461 792,77			20 017 555,64	19 951 001,63
R5.1	Transferências correntes	19 555 762,87		461 792,77			20 017 555,64	19 951 001,63
R5.1.1	Administrações Públicas	19 555 762,87					19 555 762,87	19 270 320,47
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	19 257 892,18					19 257 892,18	19 000 857,22
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	297 870,69					297 870,69	269 463,25
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - U E			461 792,77			461 792,77	649 118,37
R5.1.3	Outras							31 562,79
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	12 903 058,93					12 903 058,93	12 592 386,06
R7	Outras receitas correntes	1 174 902,44					1 174 902,44	31 777,08
RA03	Receita de capital	3 021 776,50		2 394 557,57			5 416 334,07	4 082 618,45
R8	Venda de bens de investimento	1 213 000,00					1 213 000,00	1,00
R9	Transferências e subsídios de capital	1 808 776,50		2 394 557,57			4 203 334,07	4 082 617,45
R9.1	Transferências de capital	1 808 776,50		2 394 557,57			4 203 334,07	4 082 617,45
R9.1.1	Administrações Públicas	1 808 776,50					1 808 776,50	644 796,28
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 558 450,50					1 558 450,50	644 796,28
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	250 326,00					250 326,00	
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E			2 394 557,57			2 394 557,57	3 387 821,17
R9.1.3	Outras							50 000,00
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva [2]	80 400 729,14		2 856 350,34			83 257 079,48	67 519 283,86
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	7 854,38					7 854,38	28 626,33

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large arrow pointing to the top right, a signature, and the word "Erich" at the bottom.

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2024
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA05	Receita não efetiva [3]	1 040 759,23			926 625,76		1 967 384,99	1 013 664,78
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros	1 040 759,23			926 625,76		1 967 384,99	1 013 664,78
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	82 173 904,06		7 290 582,42	3 857 238,43		93 321 724,91	79 509 033,44
ROT1	Operações de tesouraria [B]					795 107,49	795 107,49	536 049,80
DA01	Despesa corrente	59 267 057,35		4 072 723,43			63 339 780,78	58 625 198,09
D1	Despesas com o pessoal	26 629 577,14		4 072 723,43			30 702 300,57	28 772 829,86
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	19 718 430,29		3 726 171,16			23 444 601,45	21 798 789,63
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 232 428,31		325 639,50			1 558 067,81	1 456 665,50
D1.3	Segurança social	5 678 718,54		20 912,77			5 699 631,31	5 517 374,73
D2	Aquisição de bens e serviços	22 958 427,29					22 958 427,29	20 296 102,19
D3	Juros e outros encargos	370 672,50					370 672,50	464 631,66
D4	Transferências e subsídios correntes	9 099 517,38					9 099 517,38	8 862 645,96
D4.1	Transferências correntes	8 249 517,38					8 249 517,38	8 082 645,96
D4.1.1	Administrações Públicas	6 301 394,19					6 301 394,19	6 210 163,35
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 673 241,13					1 673 241,13	1 623 539,10
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local	4 628 153,06					4 628 153,06	4 586 624,25
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 740 373,19					1 740 373,19	1 721 830,06
D4.1.3	Famílias	207 750,00					207 750,00	150 652,55
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes	850 000,00					850 000,00	780 000,00
D5	Outras despesas correntes	208 863,04					208 863,04	228 988,42
DA02	Despesa de capital	11 815 018,30			756 426,45		12 571 444,75	11 548 780,08
D6	Aquisição de bens de capital	10 621 709,07			756 426,45		11 378 135,52	10 583 271,95
D7	Transferências e subsídios de capital	1 193 309,23					1 193 309,23	965 508,13
D7.1	Transferências de capital	1 193 309,23					1 193 309,23	965 508,13
D7.1.1	Administrações Públicas	829 500,35					829 500,35	355 278,59
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local	829 500,35					829 500,35	355 278,59
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	346 790,69					346 790,69	576 427,07
D7.1.3	Famílias	17 018,19					17 018,19	33 802,47
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa efetiva [5]	71 082 075,65		4 072 723,43	756 426,45		75 911 225,53	70 173 978,17
DA04	Despesa não efetiva [6]	1 117 186,96					1 117 186,96	1 237 794,83
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	1 117 186,96					1 117 186,96	1 237 794,83
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	72 199 262,61		4 072 723,43	756 426,45		77 028 412,49	71 411 773,00
DOT1	Operações de tesouraria [C]					477 434,22	477 434,22	534 209,61
DA06	Saldo para a gerência seguinte	9 974 641,45		3 217 858,99	3 100 811,98	3 085 521,63	19 378 834,05	10 865 108,80
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	9 974 641,45		3 217 858,99	3 100 811,98		16 293 312,42	8 097 260,44
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					3 085 521,63	3 085 521,63	2 767 848,36

Q.M. *is*

A.M. *is*

Two more times

Exo R

Anting

EMBLENIC ORNAMENTAL

Capítulo IV:
RELATÓRIO – SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2024
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
DA09	Saldo global [2] - [5]	9 318 653,49		-1 216 373,09	-756 426,45		7 345 853,95	-2 654 694,31
DA10	Despesa primária	70 711 403,15		4 072 723,43	756 426,45		75 540 553,03	69 709 346,51
DA11	Saldo corrente	18 104 040,91		-3 610 930,66			14 493 110,25	4 782 840,99
DA12	Saldo de capital	-8 793 241,80		2 394 557,57	-756 426,45		-7 155 110,68	-7 466 161,63
DA13	Saldo primário	9 689 325,99		-1 216 373,09	-756 426,45		7 716 526,45	-2 190 062,65
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	82 173 904,06		7 290 582,42	3 857 238,43		93 321 724,91	79 509 033,44
DA15	Despesa total [5] + [6]	72 199 262,61		4 072 723,43	756 426,45		77 028 412,49	71 411 773,00

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.